

# Poupança ou morte!

A preocupação dos pensadores brasileiros dos anos 20 e 30 — especialmente daqueles a quem se chamou, depois, de *autoritários* — era com o fato de as constituições brasileiras não refletirem o chamado “país real”, mas apenas o idealismo (vale dizer, o alheamento da realidade) das elites dirigentes. Que as havia, diga-se de passagem, em homenagem aos que pelo menos conseguiram legar um território unificado a uma Nação que soube construir alguns mitos que a embalsamaram, dois dos quais marcaram profundamente a geração que fez a Revolução de 30 e a que viveu a República de 1946: o mito do *Brasil, país do futuro*, e aquele outro, do *brasileiro, homem cordial*. Hoje, será difícil aplicar a expressão idealista no sentido empregado há muitos anos, isso apesar de as chamadas elites continuarem fora da realidade. Não se pode aplicar a expressão no sentido que marcou o pensamento social brasileiro pelo menos até o início dos anos 50, pela simples e boa razão de que em primeiro lugar, com a irrupção das massas na história e por decisão própria, as elites econômicas e intelectuais deixaram de ser dirigentes. Depois, porque ao se voltar para a realidade, deixaram de acreditar no valor dos instrumentos normativos do Direito para resolver as graves questões nacionais — prova está na Constituição que nos governa, incapaz de *normalizar* e *normalizar* condutas. Não apenas por isso, as elites deixaram de ser dirigentes e não podem ser chamadas de idealistas na acepção de Oliveira Vianna; também e sobretudo porque a existência social delas não se constrói no terreno dos ideais (o liberalismo inglês do século XIX e o jurisdicismo enquanto modeladores da realidade social), mas sim no campo muito rasteiro dos interesses vis e imediatos.

O leitor amável poderá supor que exageramos. Oxalá assim fosse! Faça ele, no entanto, seu próprio exame dos fatos e verifique se as elites, agrupadas em qualquer partido, ou enjoadas deles, vêm-se preocupando com os fatos que modelarão o futuro nos próximos anos. Nesse tremedal de ambições e vaidades em que se transformou o PMDB, alguém prestou atenção às informações que vinham sendo divulgadas sobre as perspectivas que se abriam para a década

dos 90, já que a atual passou para a história como a “década perdida”? Nos arraiais do PFL, enquanto ilustres homens públicos se debatem para saber quem terá o privilégio de ser candidato, alguém cuidou do fato de não se haver investido nos anos 80 capital suficiente para permitir um crescimento sustentado nos próximos dez anos? Ou nos partidos de esquerda, alguns dos temidos “salvadores da pátria” cuidou de verificar as razões pelas quais a tendência do crescimento da oferta de empregos será declinante? Ninguém. À direita e à esquerda, qualquer que seja a posição em que se coloquem os candidatos e os cidadãos de escol que os apóiam, os fatos da realidade, aqueles que determinarão as políticas governamentais nos próximos anos, não são discutidos. Porque aflorá-los implica tocar nos temas que são tabu neste país do faz-de-conta.

Na quinta-feira, publicaram-se os cálculos do IBGE sobre o crescimento da economia brasileira em 1988. Ela não cresceu; caiu 0,3% em relação a 1987, confirmando a tendência recessiva dos anos 80. A porcentagem pode parecer menor diante dos números que exprimem a grandeza do PIB; importa ver, no entanto, que o valor do PIB *per capita* registrou queda de 2,3%, indicativa de que a população brasileira, em média, ficou mais pobre. Atentem os leitores para alguns números: a população deve ter crescido cerca de 2% em 1988; o PIB *per capita* caiu 2,3%; o Produto Interno Bruto caiu 0,3%. Enquanto esses números espelham a cruel realidade de um país em crise, as elites políticas cuidam de seus interesses de grupo. De seus interesses de grupo, cuidam as tradicionalmente voltadas para as práticas patrimonialistas do Estado brasileiro. As outras, as que se dizem preocupadas em acabar com essa maneira de governar, perdem tempo discutindo como irão estatizar os bancos, e avançar mais sobre a iniciativa privada. Em canto nenhum se cuida da questão dos investimentos.

Os estudos do IBGE apontam para números que merecem a profunda meditação de empresários, políticos, bispos, trabalhadores, donas de casa: se se deseja que o crescimento da economia atenda ao crescimento previsto da população e crie as condições para que não

se instale no país o desemprego estrutural, será necessário que o PIB cresça 6% ao ano. Para que isso seja possível, faz-se imprescindível que a poupança interna e externa (aplicada em investimentos) seja da ordem de 22% do PIB. Em 1988, a poupança chegou a 16,2% — a mais baixa taxa da década dos 80.

É sabido — poder-se-ia até dizer, historicamente comprovado — que a poupança interna não atingirá jamais esses 22%. Isso aponta claramente para o fato de que se se deseja melhorar o nível de vida da população, por pouco que seja, mas de maneira continuada, será necessário fazer apelo constante à poupança externa. Não se pense que o recurso esguerdóide à estatização dos bancos ou de toda a economia fará que a poupança aumente: é só olhar para a Europa Oriental para ver que as elites dirigentes de lá (e o são) descobriram que ou se restabelece na economia o incentivo que decorre da propriedade privada ou se inserem os países do Comecon no mercado mundial de capitais, bens, idéias e serviços, ou o sonho socialista de 1917 e 1945 se transformará no pesadelo dos anos 90. Em todo o mundo, todos perceberam que o indivíduo quer se ver livre de peias administrativas; que deseja produzir e consumir o que lhe der na veneta e quando lhe apetecer. Em todo o mundo, menos nesta terra que já foi do futuro e hoje tem alguns poucos que se preocupam com o fato de se haver perdido a década dos 80 e a dos 90 estar ameaçada. *Perdida* significa que o Brasil se tornou mais pobre, mais aberto às crises sociais, mais vulnerável à demagogia totalitária de direita ou esquerda.

Ou o governo, os empresários, os bispos, os professores — todos enfim — tomam consciência de que é necessário poupar pelo menos 22% do PIB para que as coisas continuem mais ou menos iguais, ou mergulharemos rapidamente no caos. Há os que apostam na imersão na economia informal. Ela, porém, da mesma forma levará ao caos, na medida em que não haverá recursos hábeis para sustentar o Estado, por mínimo que seja. *Poupança ou morte!* Este é o dilema, cruel, embora, que se coloca à Nação no momento em que os políticos se divertem para saber quem será candidato...